



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

**CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIL-PB**

Regulamentado pela Lei 9.697 de 04 de maio de 2012

**MÊS DE REFERÊNCIA – OUTUBRO / 2021**

Data da última alteração: 08 / 10 / 2021

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
01.972.794/0001-18	ESAC – EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONCESSÕES LTDA	CONTRATO Nº 006/2017	18-00207-2	INEXECUÇÃO CONTRATUAL, CONFORME DESCRITO NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS- CAGEPA UO320-10034, U0220-06999.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS COM FULCRO NO INCISO III DO ARTIGO 87 E INCISOS II E III DO ARTIGO 88 DA LEI 8666/93 E DA LEI 9697/12	27 DE ABRIL DE 2020	<b>27 DE ABRIL DE 2022</b>	27 DE ABRIL DE 2020	<b>27 DE ABRIL DE 2022</b>	CAGEPA
03.196.316/0001 - 99	AQ CONSTRUTOR A EIRELI-EPP	CONTRATOS PJ-032/2020 PJ-037/2020 PJ-038/2020	20-03658-2 20-03659-1 20-03642-6	ATRASSO INJUSTIFICADO NO INÍCIO DAS OBRAS E DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS.	02 DE FEVEREIRO DE 2021	<b>02 DE FEVEREIRO DE 2023</b>	19 DE FEVEREIRO DE 2021	<b>02 DE FEVEREIRO DE 2023</b>	DER



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
04.449.537/0001-94	RECLIMATEC REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO LTDA	ARP/CONTRATO Nº 043/2015	SEM CADASTRO CGE	CLÁUSULAS DÉCIMA QUARTA E DO CONTRATO Nº 043/2015	PENA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR COM ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS	26 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>26 DE FEVEREIRO DE 2022</b>	18 DE MARÇO DE 2020	<b>26 DE FEVEREIRO DE 2022</b>	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
05.393.059/0001-00	HML COMERCIAL LTDA – ME (REI DOS ESPORTES)	CONTRATO Nº 076/2018	18-00329-0	NÃO CUMPRIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL TOTAL	05(CINCO) ANOS, TENDO EM VISTA INCIDÊNCIA NOS ARTIGOS II, III E IV DA LEI ESTADUAL Nº 9.687/12	18 DE SETEMBRO DE 2018	<b>17 DE SETEMBRO DE 2023</b>	15 DE JANEIRO DE 2019	<b>17 DE SETEMBRO DE 2023</b>	SEAP
06.243.407/0001-26	PRÓSPERA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI	CONTRATO Nº 0015/2017  (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0160/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2016 - PROCESSO Nº 19.000.00794 7.2016)	17-02583-4	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS BENS	08 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>08 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	16 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>08 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART 2º, I, DA LEI Nº 9.697/12. (PROCESSO Nº 15.000.000009.2018)					
09.753.377/0001-96	CONSTRUTOR A E INCORPORADO -RA RR LTDA	CONTRATO Nº 0052/2019 -DTC/GEE	19-02692-7	INEXECUÇÃO CONTRATUAL CONFORME DECISÕES ADMINISTRATIVAS REFERENTES AO P.A Nº 063/2020, NA CI-GEE Nº 005/20 E NO PARECER JURÍDICO Nº 061/20, RESPEITADOS OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO, TENDO EM VISTA O NÃO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, O CUMPRIMENTO IRREGULAR DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, A LENTIDÃO NO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS, O	APLICADA A SANÇÃO CONTRATUAL DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO 02 (DOIS) ANOS.	01 DE OUTUBRO DE 2020	<b>01 DE OUTUBRO DE 2022</b>	11 DE DEZEMBRO DE 2020	<b>01 DE OUTUBRO DE 2022</b>	PBGÁS



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

				COMETIMENTO REITERADO DE FALTAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL NOS TERMOS DO ART. ART. 82, §1º, DA LEI Nº. 13.303/2016, INCLUSIVE COM APLICAÇÃO DE MULTAS (NOTIFICAÇÕES NºS 02 E 03/2020)						
10.911.755/0001-00	COMPOR ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA	CONTRATO Nº 50/2018	18-02088-7	IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA EMPRESA BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, BEM COMO DESATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES REGULARES DA AUTORIDADE DESIGNADA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR SUA EXECUÇÃO.	SUSPENSÃO POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES LEVADAS A EFEITOS POR ESTA AUTARQUIA, BEM COMO O IMPEDIMENTO DE CONTRATAR, CONFORME O DISPOSTO NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO PJU Nº 50/2018 E NO ART. 87 DA LEI 8.666/93 E ART. 10 DA LEI 9.697/2012.	16 DE OUTUBRO DE 2019	<b>15 DE OUTUBRO DE 2021</b>	08 DE NOVEMBRO DE 2019	<b>15 DE OUTUBRO DE 2021</b>	SUPLAN
11.154.621/0001-46	O & A MARKETING E EVENTOS	CONTRATO Nº 0079/2010  (CONVÊNIO FEDERAL Nº 733294/2010 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O MINISTÉRIO DO TURISMO)	10-01458-6	CUMPRIMENTO À DECISÃO/SENTENÇA , PROLATADO(A) NOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA , Nº 0805287-45.2015.4.05.8200, CLASSE 229 , QUE TEM COMO AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL	EMPRESA DECLARADA COMO INIDÔNEA, E PROIBIDA DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS E/OU CREDITÍCIOS PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS.	06 DE DEZEMBRO DE 2019	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	24 DE JANEIRO DE 2020	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
11.154.621/0001-46	O & A MARKETING E EVENTOS	CONTRATO Nº 0079/2010  (CONVÊNIO FEDERAL Nº 733294/2010 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O MINISTÉRIO DO TURISMO)	10-01458-6	CUMPRIMENTO À DECISÃO/SENTENÇA , PROLATADO(A) NOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA , Nº 0805287-45.2015.4.05.8200, CLASSE 229 , QUE TEM COMO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	EMPRESA DECLARADA COMO INIDÔNEA, E PROIBIDA DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS E/OU CREDITÍCIOS PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS.	06 DE DEZEMBRO DE 2019	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	24 DE JANEIRO DE 2020	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA
11.589.693/0001-16	WANDERLY SOARES DE SOUZA – EPP (OXENTE COMÉRCIO E SERVIÇOS)	CONTRATO Nº 0006/2018	18-00438-5	INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$ 6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$ 6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E	28 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>28 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	04 DE DEZEMBRO DE 2018	<b>28 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS ITENS 11,0, 12,0 E 32,0 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000046.2018)					
13.344.533/0001-32	BRUNO BARBOSA DE SOUZA EIRELI - ME	CONTRATO Nº 0099/2020	20-04360-1	NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO CONTRATADO.	MULTA MORATÓRIA, NO PERCENTUAL DE 10% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO (ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 3% (TRÊS POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO (ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA); SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO	05 DE MAIO DE 2021	<b>05 DE NOVEMBRO DE 2021</b>	14 DE MAIO DE 2021	<b>05 DE NOVEMBRO DE 2021</b>	DETRAN



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 6 (SEIS) MESES, COM A CONSEQUENTE INSCRIÇÃO NO CAFIL PELO REFERIDO PRAZO, CONFORME DETERMINA O ART. 6º, III, DA LEI ESTADUAL 9.697/2012 E ITEM 9.1.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA					
14.976.728/0001-68	CONSTRUTOR A CONSTRUTERRA E SERVIÇOS EIRELLI-EPP	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015	SEM CADASTRO CGE	CLÁUSULA SÉTIMA (ITEM 7.12; 7.13) S C/C, CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (SUBITEM 16.1.2- ALÍNEA"E", ITEM 16.5.	I – MUTA DE 15% SOBRE O VALOR EXPRESSO NA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003.10/2016. II – IMPEDIMENTO DE LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS.	30 DE ABRIL DE 2019	<b>29 DE ABRIL DE 2024</b>	19 DE JUNHO DE 2019	<b>29 DE ABRIL DE 2024</b>	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
15.033.987/0001-18	D&P COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS LTDA	NE 350-2019, ARP Nº 083/2019	SEM CADASTRO CGE	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS.	20 DE DEZEMBRO DE 2019	<b>19 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	13 DE JANEIRO DE 2020	<b>19 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	CGE
15.033.987/0001-18	D&P COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E DE HIGIENE LTDA	CONTRATO Nº 0060/2019	19-02202-6	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA);</b> <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE</b>	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					<p>10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;</p> <p><b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012.</b></p> <p>(PROCESSO Nº 15.000.000068.2019)</p>					
15.033.987/0001-18	D&P COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS LTDA-EPP	PREGÃO Nº 312/2018 - ARP Nº 0083/2019	19-00413-5	INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NA ARP Nº083/2019, DERIVADA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº312/2018.	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS.	06 DE MAIO DE 2020	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	22 DE MAIO DE 2020	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	SEAD



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
18.578.731/0001-84	CONSTRUTOR A TRIUNFO EIRELLI	CONTRATO Nº 12/2020	20-00242-4	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.	11 DE JUNHO DE 2021	11 DE DEZEMBRO DE 2021	14 DE JUNHO DE 2021	11 DE DEZEMBRO DE 2021	SUPLAN
19.369.906/0001-06	FFJ CONSTRUTOR A LTDA	CONTRATO Nº 78/2019	19-00857-3	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.	06 DE MAIO DE 2021	06 DE MAIO DE 2022.	07 DE MAIO DE 2021	06 DE MAIO DE 2022	SUPLAN
23.821.927/0001-98	ROSILDO DE LIMA SILVA – EPP (UNIÃO COMERCIAL EPP)	CONTRATO Nº 051/2018	18-00801-1	NÃO CUMPRIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL PARCIAL	05(CINCO) ANOS, TENDO EM VISTA INCIDÊNCIA NOS ARTIGOS II, III E IV DA LEI ESTADUAL Nº 9.687/12	24 DE SETEMBRO DE 2018	23 DE SETEMBRO DE 2023	15 DE JANEIRO DE 2019	23 DE SETEMBRO DE 2023	SEAP
28.997.034/0001-11	MULT NORDESTE COMERCIO EIRELI - ME	CONTRATO Nº 046/2019	19-01420-1	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO	21 DE FEVEREIRO DE 2020	21 DE FEVEREIRO DE 2025	04 DE MARÇO DE 2020	21 DE FEVEREIRO DE 2025	POLICIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Gabinete do Secretário Chefe**

					INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS</b> , INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000063.2019)					
29.805.880/0001-55	Z COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS LTDA (ANTIGA - PRM COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS - EIRELI)	ARP Nº 039/2019	-	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 13 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019, BEM AINDA OS ITENS 9.1 E 9.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.	I-PENA DE MULTA DE 20% SOBRE O VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2019; II – PENA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO, PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS	01 DE ABRIL DE 2020	<b>31 DE MARÇO DE 2022</b>	26 DE MARÇO DE 2021	<b>31 DE MARÇO DE 2022</b>	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
40.947.921/0001-80	CONSTRUTOR A AZEVEDO LTDA	CONTRATO Nº 73/2020	20-00076-5	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.	06 DE MAIO DE 2021.	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	07 DE MAIO DE 2021	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	SUPLAN
40.947.921/0001-80	CONSTRUTOR A AZEVEDO LTDA	CONTRATO Nº 52/2020	20-00002-8	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.	11 DE MAIO DE 2021.	<b>11 DE MAIO DE 2022</b>	14 DE MAIO DE 2021	<b>11 DE MAIO DE 2022</b>	SUPLAN



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
73.041.188/0001-90	COMERCIAL CONSTRUTOR A FÊNIX EIRELLI	CONTRATO PJ Nº 001/2016	16-00063-3	EXECUÇÃO IRREGULAR DAS OBRAS CONTRATADAS	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS	12 DE NOVEMBRO DE 2019	<b>12 DE NOVEMBRO DE 2021</b>	14 DE NOVEMBRO DE 2019	<b>12 DE NOVEMBRO DE 2021</b>	DER
.860.574-79	LEANDRO CARDOSO AGUIAR	CONTRATO Nº 0015/2017  (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0160/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2016 - PROCESSO Nº 19.000.00794 7.2016)	17-02583-4	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	08 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>08 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	16 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>08 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART 2º, I, DA LEI Nº 9.697/12. (PROCESSO Nº 15.000.000009.2018)					
020.667.704-93	GLORIA GEANE DE OLIVEIRA FERNANDES	-	-	EM CUMPRIMENTO À SENTENÇA OBJETO DO PROCESSO: 0025884-74.2012.8.15.0371 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA COMARCA DE SOUSA JUÍZO DO(A) 5ª VARA MISTA DE SOUSA	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLITICOS PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS-MULTA CIVIL (02)DUAS VEZES O VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL-PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS DIRETA OU INDIRETA, AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURIDICA A QUAL SEJA SÓCIA MAJORITÁRIA PELO PRAZO DE 03 ANOS E RESSARCIMENTO AO ERÁRIO A SER APURADA EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA	27 DE MAIO DE 2021	27 DE MAIO DE 2026	29 DE JULHO DE 2021	27 DE MAIO DE 2026	PGE DESPACHO Nº PGE-DES- 2021/00081
029.286.734-40	WANDERLY SOARES DE SOUZA	CONTRATO Nº 0006/2018	18-00438-5	INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$ 6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE	28 DE NOVEMBRO DE 2018	28 DE NOVEMBRO DE 2023	04 DE DEZEMBRO DE 2018	28 DE NOVEMBRO DE 2023	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					<p>REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$ 6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS ITENS 11,0, 12,0 E 32,0 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000046.2018)</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
048.528.334-43	DIOGO HENRIQUE CARNEIRO DA CUNHA MARQUES	CONTRATO Nº 0060/2019	19-02202-6	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA);</b> <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;</b> <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					<b>ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS,</b> INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000068.2019)					
066.682.784-26	PAULO PIRES CARNEIRO DA CUNHA NETO	CONTRATO Nº 0060/2019	19-02202-6	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATORIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS,</b> INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000068.2019)					
105.143.874-83	JOANA D'ARC DA SILVA ALMEIDA	CONTRATO Nº 046/2019	19-01420-1	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATORIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

					REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS,</b> INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000063.2019)					
146.193.004-97	JÓAO BOSCO NONATO FERNANDES	-	-	EM CUMPRIMENTO À SENTENÇA OBJETO DO PROCESSO: 0025884-74.2012.8.15.0371 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA COMARCA DE SOUSA JUIZO DO(A) 5ª VARA MISTA DE SOUSA	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS-MULTA CIVIL (02)DUAS VEZES O VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL-PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS DIRETA OU INDIRETA, AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA A QUAL SEJA SÓCIA MAJORITÁRIA PELO PRAZO DE 03 ANOS E RESSARCIMENTO AO ERÁRIO A SER APURADA EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA	27 DE MAIO DE 2021	27 DE MAIO DE 2026	29 DE JULHO DE 2021	27 DE MAIO DE 2026	PGE DESPACHO Nº PGE-DES- 2021/00081



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
468.172.984-15	OZIMAR BERTO DE ARAÚJO	CONTRATO Nº 0079/2010 (CONVÊNIO FEDERAL Nº 733294/2010 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O MINISTÉRIO DO TURISMO)	10-01458-6	CUMPRIMENTO À DECISÃO/SENTENÇA, PROLATADO (A) NOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Nº 0805287-45.2015.4.05.8200, CLASSE 229, QUE TEM COMO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	EMPRESA DECLARADA COMO INIDÔNEA, E PROIBIDA DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS E/OU CREDITÍCIOS PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS.	06 DE DEZEMBRO DE 2019	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	24 DE JANEIRO DE 2020	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA